

Gínia Maria Gomes  
[Org.]

**NARRATIVAS BRASILEIRAS  
CONTEMPORÂNEAS  
MEMÓRIAS DA  
REPRESSÃO**



Editora Polifonia

Porto Alegre, 2020

Todos os direitos desta edição reservados à organizadora.

**Edição e diagramação**

Débora Luciene Porto

**Revisão**

William Moreno Boenavides e Débora Luciene Porto

**Imagem da capa**

Comissão Nacional da Verdade

Texto revisado segundo o novo acordo da Língua Portuguesa.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

---

M111 Mobilidade e resistência na literatura brasileira contemporânea / organizado por Gínia Maria Gomes - Porto Alegre: Polifonia, 2020.

256p. ; 14X21cm. - ISBN: 978-65-87420-01-1

1. Literatura Brasileira - História 2. Crítica Literária  
I. Gínia Maria Gomes, org.

CDD B869.09

---

Bibliotecária Alexandra Naymayer Corso - CRB10/1099

A Editora Polifonia (www.editorapolifonia.com.br), empresa contratada para edição e diagramação do livro, não se responsabiliza civil ou criminalmente pelo conteúdo e pelas opiniões expressas nos artigos.

**Conselho Editorial**

Eurídice Figueiredo  
(UFF/CNPq)

Gínia Maria Gomes  
(UFRGS)

Jaime Ginzburg  
(USP/ CNPq)

Maria Zilda Ferreira Cury  
(UFMG/CNPq)

## SUMÁRIO

- O ROMANCE BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO: AS RUÍNAS DE UM PASSADO TRAUMÁTICO** 7  
Gínia Maria Gomes
- UM ROMANCE DE GERAÇÃO: O FANTASMA DE LUIS BUÑEL, DE MARIA JOSÉ SILVEIRA** 19  
Eurídice Figueiredo
- NON HABEAS CORPUS: DIREITO AO CORPO NA FICÇÃO DE BERNARDO KUCINSKI** 39  
Maria Zilda Cury
- A HISTÓRIA (NÃO) ACABOU: ALGUMAS NOTAS SOBRE AINDA ESTOU AQUI, DE MARCELO RUBENS PAIVA** 63  
Cristiane da Silva Alves
- MEMÓRIAS DE UMA “GUERRA SUJA” EM PALAVRAS CRUZADAS, DE GUIOMAR DE GRAMMONT** 85  
Sheila Katiane Staudt
- EXÍLIO E DESERÇÃO EM AZUL CORVO, DE ADRIANA LISBOA** 111  
Helena Bonito C. Pereira
- À SOMBRA DA DITADURA: TORTURA E EXÍLIO EM MULHERES QUE MORDEM, DE BEATRIZ LEAL** 133  
Gínia Maria Gomes

<b>ENTRE DESAPARECIDOS E DELADORES: CABO DE GUERRA, DE IVONE BENEDETTI, E NOSSA CONTEMPORANEIDADE</b>	159
Juliane Vargas Welter	
<b>DE MIM JÁ NEM LEMBRA, DE LUIZ RUFFATO: ENTRE A HISTÓRIA E O ESQUECIMENTO</b>	175
Maria Rosa Duarte de Oliveira	
<b>REMINISCÊNCIAS DE UMA VIDA INDIVIDUAL EIVADA DE ANSEIOS COLETIVOS: VOLTO SEMANA QUE VEM, DE MARIA PILLA</b>	195
Luciana Coronel	
<b>EM NOME DOS PAIS, DE MATHEUS LEITÃO: UM RELATO (PÓS) MEMORIAL CONTRA O ESQUECIMENTO</b>	211
Sandra Assunção	
<b>A RESISTÊNCIA, DE JULIÁN FUKS, UM ROMANCE COM DUPLA CIDADANIA</b>	241
Karina de Castilhos Lucena	
<b>A URGÊNCIA DA FICÇÃO, A IMPUREZA DO MINUTO: NOTAS DE LEITURA SOBRE ESSA GENTE, DE CHICO BUARQUE</b>	259
Antônio Marcos Sanseverino	
<b>TEMPOS DE “RAÇÃO HUMANA” EM A NOVA ORDEM, DE BERNARDO KUCINSKI</b>	287
Jaime Ginzburg	
<b>SOBRE OS AUTORES</b>	309
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b>	315

## O ROMANCE BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO: AS RUÍNAS DE UM PASSADO TRAUMÁTICO

**GÍNIA MARIA GOMES  
(UFRGS)**

*Esse passado que insiste em perdurar de maneira não reconciliada no presente, que se mantém como dor e tormento, esse passado não passa.*  
Jeanne Marie Gagnebin

*Quando uma sociedade não consegue elaborar os efeitos de um trauma e opta por tentar apagar a memória do evento traumático, esse simulacro de recalque coletivo tende a produzir repetições sinistras.*  
Maria Rita Kehl

Os fantasmas do passado continuam nos assombrando. Uma anistia que se estendeu aos torturadores não permitiu um acerto de contas, uma vez que os responsáveis por crimes hediondos não foram punidos. Contrariamente ao que aconteceu a outros países da América Latina, como Argentina e Chile, que puniram militares do primeiro escalão, no Brasil ocorreu uma tentativa de apagamento das barbáries dos anos de chumbo. Aqui, os crimes foram “esquecidos”, e, sem ter havido pedido de perdão, essa impunidade generalizada

não é sem consequências, porque a violência de então atualiza-se em diferentes esferas da sociedade, sendo marca da nossa contemporaneidade. Maria Rita Kehl (2010, p. 124) ajuda a compreender essa questão: “O ‘esquecimento’ da tortura produz, a meu ver, a naturalização da violência como grave sintoma social do Brasil”. Depois de comentar sobre os números expressivos dos assassinatos cometidos pela polícia brasileira, ela afirma que “A impunidade não produz apenas a repetição da barbárie: tende a provocar uma sinistra escalada de práticas abusivas por parte dos poderes públicos, que deveriam proteger os cidadãos e garantir a paz” (KEHL, 2010, p. 124).

As observações de Kehl apontam para o sintoma de um trauma não elaborado, de um ajuste de contas não realizado. Esse trauma não submetido à elaboração, esse perdão concedido àqueles que violaram os direitos humanos, repercute na violência normatizada, na “barbárie” que nos assola, a qual é, sobretudo, direcionada contra minorias: negros, comunidade LGBT e mulheres são suas vítimas potenciais. Nas páginas dos jornais, proliferam episódios de racismo, homofobia e feminicídios. Aqueles tempos sombrios não estão, pois, em um passado tão remoto, mas são atualizados diuturnamente. Outra face dessas névoas do passado pode-se observar nas manifestações de extrema direita, cujas pautas antidemocráticas – contra o Supremo Tribunal Federal (STF) e Congresso, e com discursos e faixas pró intervenção militar e retorno do AI-5 – revelam que espectros daquele passado rondam o nosso presente. Cabe ainda lembrar a hostilização que sofreram profissionais da saúde (isso em época da expansão da pandemia Covid19) e profissionais da imprensa por parte de integrantes desses eventos. Dessa forma, tanto nos discursos e faixas, quanto nos atos descobre-se a violência, a qual, impregnada em diferentes atores da sociedade, não permite vozes divergentes, que comumente sofrem ameaça de serem silenciadas. O professor Jaime Ginzburg (2010, p. 136) mostra que dois traumas são constitutivos da formação brasileira: “a violência exploratória colonial e a crueldade escravocrata”, o que permite a persistência do autoritarismo mesmo

em períodos democráticos. Nesse sentido, a ditadura militar teve um esteio na sociedade civil, cuja elite se beneficiou da modernização, entretanto, as desigualdades sociais foram acentuadas. A escravidão acabou, porém a exploração do trabalho persistiu e a polícia continua matando mais os pobres, mais os negros. E da sua presença a sociedade ainda se ressentida, pois seus mortos continuam insepultos.

Nessa conjuntura de um luto suspenso, coube à literatura o papel de realizar o enterro dos mortos ao resgatar esse passado traumático. O romance do século XXI, notadamente depois de 2010, tem um número expressivo de títulos que tematizam a ditadura brasileira (alguns poucos, menos numerosos, centram-se na ditadura argentina). Diferentes enfoques desses tempos são representados nessas narrativas. Nesse sentido, pode-se apontar alguns aspectos recorrentes: tortura, desaparecimento, sequestro de crianças, exílio, estão entre os que aparecem com mais frequência.

Algumas dessas narrativas estão baseadas em experiências pessoais ou familiares, enquanto outras são fruto de pesquisas. Todas elas constituem-se em rasgos de um tempo que a Lei de Anistia tentou apagar, silenciando práticas contra os direitos humanos. Ao narrarem episódios traumáticos desse período, esses romances tiram do “esquecimento” fatos que se pretendeu silenciar. A reflexão de Jeanne Marie Gagnebin (2006, p. 55, grifo da autora) contribui para ressaltar a importância desse resgate:

A rememoração também significa uma atenção precisa ao *presente*, em particular a estas estranhas ressurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não se esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente. A fidelidade ao passado, não sendo um fim em si, visa à transformação do presente.

Para além da temática apresentada nesses romances, é importante ressaltar a qualidade estética que lhes é inerente. Percebe-se neles uma diversidade de estratégias narrativas, um cuidado, sobretudo, com os narradores. Aspecto de extrema importância em relação a

esses narradores (da maioria dos textos) é o fato de eles se deixarem conduzir pela memória, da qual afloram apenas fragmentos de vida. Da vida de quem, muitas vezes, foi submetido a situações limite, situações traumáticas que os obsedam e das quais eles não conseguem se livrar. E é sob o signo dessas situações que eles se põem a escrever, numa tentativa de lidarem com elas, fazendo-as vir à luz, porque, seguidamente recalçadas, elas somente se apresentam por meio dos seus rastros. É por isso que as histórias narradas são permeadas por vazios, por não ditos, por ambiguidades que esses narradores deixam transparecer. O professor Ginzburg (2012, p. 210) faz considerações sobre essa questão:

A ambiguidade consiste em que, quando os protagonistas estão sujeitos a riscos de destruição (a tortura, a violência paterna, a vulnerabilidade na perda de referências seguras), fica clara a necessidade de realização de relatos. A descoberta e a elaboração de fragilidade são cruciais. É a fragilidade, e não a consumação de uma plenitude ou a superação de limites, que se apresenta como base da necessidade de um discurso narrativo.

O número expressivo de romances com essa temática tem estimulado estudos críticos. Entre eles é importante referir o já clássico *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*, de Eurídice Figueiredo (2017). Nele, a autora faz um interessante painel de narrativas com tal enfoque, organizado em três momentos: 1964-1979, 1979-2000, e 2000-2016. Ao centrar-se em obras desses períodos a autora dá visibilidade aos anos sombrios. Também cabe mencionar os dois números da revista *Estudos de Literatura Contemporânea*, cujos dossiês “Literatura e ditadura” delimitam o foco. O número 43, saiu em 2014 e o número 60 em 2020. As várias narrativas que são objeto dos artigos que os compõem apresentam diversas faces da ditadura. Ao lado dessas publicações, é importante mencionar que alguns professores têm centrado suas pesquisas na literatura que retoma essa época. Essas publicações e pesquisas contribuem para mostrar algumas

questões cruciais da história do país, libertando-a do silenciamento a que a história oficial lhe impôs.

Essa coletânea pretende resgatar do esquecimento esse período nebuloso. Os ensaios aqui reunidos revelam diversas facetas desse período de exceção, o qual procurou apagar as vozes dissonantes. Nesses ensaios, essas vozes não se calam, ao contrário, gritam a barbárie dos anos de chumbo de que foram vítimas.

As histórias de cinco amigos que viveram as agruras da ditadura é o tema do ensaio “Um romance de geração: *O fantasma de Luis Buñel*, de Maria José Silveira”, de Eurídice Figueiredo. Entre esses jovens se encontram os que são militantes e aqueles que se enquadram na chamada “esquerda festiva”, conforme as palavras da pesquisadora. Embora os comprometimentos sejam diversos, todos eles são afetados pela repressão. Nessas histórias, a memória coletiva – período da repressão – se cruza com as memórias individuais, cujos traumas, ao serem apresentados, permitem uma reavaliação do passado. É assim que, por meio de cada uma das personagens que centralizam os capítulos, algumas faces da ditadura são mostradas: desaparecimento, tortura, assassinato, traição são algumas das que são pontuadas por Figueiredo. Ao visitar fatos coletivos, as versões individuais se impõem como um espelho multifacetado, permitindo divisar os variados posicionamentos dessa geração, o que fica explícito no título desse trabalho.

Em “*Non habeas corpus*: direito ao corpo na ficção de Bernardo Kucinski”, Maria Zilda Cury discute a questão da ausência do corpo, da qual decorre o luto em suspenso. A pesquisadora parte da exposição “AUSENC’AS”, organizada pelo fotógrafo Gustavo Germano. Ao examinar as fotos, ela revela o quanto a presença/ausência dos corpos é reveladora de um trauma que transcende a esfera familiar. É nessa perspectiva que contos do livro *Você vai voltar para mim* e o romance *K. Relato de uma busca são investigados. Na análise do romance, Cury se detém na “busca” incansável do percurso da personagem K.* para encontrar a filha, Ana Rosa. Primeiro, na tentativa de desvendar seu

paradeiro. Depois, já consciente de que fora assassinada, para resgatar-lhe o corpo com vistas a dar-lhe sepultura e realizar o luto. Sem o corpo, que lhe é negado, K. procura formas simbólicas de lápide, intento que também é frustrado.

O ensaio “A história (não) acabou: algumas notas sobre *Ainda estou aqui*, de Marcelo Rubens Paiva”, de Cristiane da Silva Alves, também está centrado nessa prática recorrente da ditadura: o desaparecimento. O desaparecimento de Rubens Paiva, embora afetando profundamente esposa e filhos, ultrapassa o âmbito privado, mostrando as arbitrariedades da violência ditatorial, que prende, tortura, mata e procede à ocultação do corpo, não permitindo às famílias celebrar o luto. A trajetória de Eunice Paiva é posta em foco. Diante desse evento traumático, ela enfrenta uma conjuntura adversa em sua luta pela verdade sobre o marido, não deixando que sua história – a mesma de tantas outras vítimas do sistema repressor – caísse no esquecimento. Acometida pela doença de Alzheimer, também ela não é esquecida e o livro do filho é um tributo a sua memória, presentificando-a.

O desaparecimento também é o *moto condutor* do ensaio intitulado “Memórias de uma “guerra suja” em *Palavras cruzadas*, de Guiomar de Grammont”, de Sheila Katiane Staudt. Primeiro, ela analisa os diários de dois guerrilheiros desaparecidos, provavelmente escritos pelo irmão e pela cunhada de Sofia. Neles, a pesquisadora dá destaque ao cotidiano do acampamento, dos trabalhos e dos treinamentos a que homens e mulheres cumpriam indistintamente, bem como às cenas de guerra. Da mesma forma, pontua as diferenças que se apresentam em cada um. Posteriormente, segue a trajetória de Sofia, que faz muitas viagens em busca dos rastros do irmão desaparecido. Em suas investigações, observa a pesquisadora, ela não descobre onde está seu corpo, porém descobre a sobrinha, sequestrada e adotada por um militar; suas origens foram apagadas, lhe sendo inclusive imposto um outro nome.

A guerrilha também é tema do estudo “Exílio e deserção em *Azul corvo*, de Adriana Lisboa”, de Helena Bonito C. Pereira. Essa é uma

das tramas da narrativa. É através da figura de Fernando, das suas memórias dos tempos de guerrilheiro, quando assumira o codinome de Chico Ferradura, que essa história tem visibilidade. No ensaio, sua trajetória, seu preparo prévio para a empreitada, mas, sobretudo, sua deserção são postos em destaque. Consciente da desigualdade das forças em confronto, ele percebe que se manter na luta significaria a morte. Por isso, decide desertar. No entanto, essa opção marca-o para o resto da vida, pois não é fácil abandonar os companheiros e um ideal, conforme aponta a pesquisadora. Ao desertor, restam poucas opções de refazer a vida. Uma delas é o exílio, ao qual Fernando aderiu, o que não significou um percurso menos árduo, aspecto pontuado no ensaio.

Alguns dos temas abordados nos estudos antes apresentados – tortura, desaparecimento, sequestro de crianças e exílio – são contemplados em “À sombra da ditadura: tortura e exílio em *Mulheres que mordem*, de Beatriz Leal”, de Gínia Maria Gomes. Diferente dos outros textos críticos, o romance está centrado na ditadura argentina, uma ditadura que igualmente praticou crimes bárbaros. A tortura é apresentada pela perspectiva de um torturador, o qual não ficou imune aos crimes de que foi agente. À morte de uma jovem em uma sessão de tortura sob sua responsabilidade, sucede-se o desaparecimento do corpo, prática recorrente na Argentina durante a ditadura militar. Um outro aspecto é a questão das crianças sequestradas e adotadas pelos militares. Também é objeto do ensaio a condição exílica de uma jovem, que logo se revela a criança sequestrada, cujo apagamento identitário tem implicações marcantes em sua trajetória.

O estudo “Entre desaparecidos e delatores: *Cabo de guerra*, de Ivone Benedetti, e nossa contemporaneidade”, de Juliane Vargas Welter, centra-se na figura do delator, a qual não é muito frequente no romance contemporâneo, embora já tenha sido aludida em outras narrativas. A personagem, numa condição de extrema precariedade, sem nenhuma perspectiva, revisita seu passado. Ao revisitá-lo, deixa extravasar a culpa que a corrói, ao mesmo tempo em que tenta

minimizá-la, vendo-se como vítima de um sistema violento. Alguém que, sob tortura, sucumbiu. Ressalta Welter que, enquanto muitos romances estão centrados nos desaparecimentos, os quais mobilizam as buscas dos familiares, na narrativa de Benedetti tem-se acesso seja a esses corpos, seja às motivações que os colocaram nessa condição. As reminiscências desse delator deixam entrever o trauma que tais delações lhe acarretaram, cujos fantasmas não cessam de atormentá-lo.

Em “*De mim já nem lembra: entre a história e o esquecimento*”, Maria Rosa Duarte de Oliveira traz para a discussão um trabalhador migrante que vai para São Paulo em busca de melhores condições de vida. É nas cartas que escreve para a mãe que o seu processo de consciência se revela: o jovem ingênuo e amedrontado pouco a pouco vai tendo uma maior compreensão da realidade repressiva do seu entorno e se transforma em um sindicalista comprometido com ações de resistência. Nessas cartas, as questões relacionadas à ditadura aparecem entremeadas por preocupações de ordem privada. No entanto, nelas, mesmo logo após sua chegada à cidade, sem um entendimento maior do que estava acontecendo a sua volta, as arbitrariedades do governo são expostas. Na medida do seu engajamento, ele se mostra conhecedor dos meandros do sistema, por isso está alerta quanto ao que pode acontecer.

As estratégias narrativas da rememoração são discutidas por Luciana Coronel em “Reminiscências de uma vida individual eivada de anseios coletivos: *Volto semana que vem*, de Maria Pilla”. Embora a pesquisadora ressalte que o verdadeiro tema da narrativa seja a “trajetória de vida” da narradora-protagonista, o ensaio centra-se em episódios relacionados à militância, ao cárcere e à tortura. A professora detém-se, sobretudo, em como essa é representada, nos mecanismos de distanciamento a que a escritora recorreu para acerrar-se dessa experiência traumática, a qual, no entanto, permanece insubmissa à palavra, mesmo depois de passadas várias décadas do episódio. Explica Coronel que o recurso de intercalar as cenas tensas relativas

à tortura com outras mais amenas, mostra o quanto tais fatos ainda são portadores de sofrimento, apesar do transcorrer dos anos.

Ao contrário da narrativa de Maria Pilla, a de Matheus Leitão, objeto do estudo “*Em nome dos pais: um relato (pós)memorial contra o esquecimento*”, de Sandra Assunção, não está ancorada na sua experiência pessoal de militância, porém na dos pais, presos e submetidos a diversos tipos de tortura. Ele se situa na segunda geração, cujos estudos recentes denominam “pós-memorial”. A pesquisadora ressalta que o mérito dessa narrativa é cruzar a memória familiar com outras fontes: depoimentos pessoais, obtidos em entrevistas; pesquisas nos arquivos dos processos; e fatos históricos. A mesma história é apresentada sob várias perspectivas diferentes, sendo construída por uma pluralidade de vozes. Entre os vários tópicos discutidos, está a questão do perdão e da reconciliação. Esse é um aspecto que não é recorrente nessas narrativas com temática da ditadura. Assunção, no entanto, ressalta que o autor-narrador perdoa não aquilo que está relacionado aos pais, mas à herança que assombrou sua adolescência.

Karina de Castilhos Lucena, em “*A resistência*, de Julián Fuks, um romance com dupla cidadania”, mostra que o narrador parte da história familiar para abordar a história política. Ao discutir o tema no romance, ele não exclui as tensões, as quais são contempladas ao explorá-lo. No ensaio, é destacada a perspectiva “binacional” da narrativa, tanto em sua forma quanto em seu conteúdo. Essa é representada na personagem do irmão e do narrador, nos quais poderia ser identificada a forma como os dois países lidaram com a memória das respectivas ditaduras. O irmão, nascido em terras portenhas, manifesta um profundo desinteresse por essas memórias, procurando esquecê-las, por isso ele revela-se o espelho do Brasil. Ao contrário dele, o narrador, nascido no país da acolhida, realiza um movimento inverso e, ao buscar o resgate desse passado traumático, ele encena o movimento realizado pela Argentina.

A proposta de Antônio Marcos Sanseverino, em “A urgência da ficção, a impureza do minuto: notas de leitura sobre *Essa Gente*, de



Chico Buarque”, é discutir alguns “ecos” da ditadura que perpassam o romance, pois não se ter feito um ajuste com o passado é determinante para a precariedade do presente. Uma das consequências disso foi a ascensão ao poder de um presidente de extrema direita, que cultua a imagem de um torturador. Isso faz recrudescer o racismo, o machismo e a não aceitação da divergência, o que desencadeia as mais diversas formas de violência e propicia o fortalecimento da ação das milícias, do tráfico de drogas e das igrejas evangélicas neopentecostais. Essas injunções significam um retrocesso, um “retorno à barbárie”, conforme as palavras do professor. Há, no ensaio, também uma análise da forma do romance, a qual é fundamental para o caráter distópico da atualidade, da “impureza do instante”.

Jaime Ginzburg, em “Tempos de “ração humana” em *A nova ordem*, de Bernardo Kucinski”, centra sua discussão em romance que também dialoga com o momento brasileiro atual. A narrativa está situada em um contexto autoritário, com um governo que, através de “éditos”, impõe medidas destrutivas, as quais estão em sintonia com o governo vigente. O pesquisador salienta o quanto é significativo que o primeiro ato de violência seja contra professores, o que revela sua intenção de eliminar a atividade crítica. Além de atos relacionados à educação, a aproximação do livro com o governo se estende a outras áreas: justiça, meio ambiente e direitos humanos têm propostas que repercutem ações dos ministros dessas pastas. Entre os muitos aspectos discutidos no ensaio, está a medida de criar uma “ração” para eliminar a fome, a qual reverbera uma iniciativa similar apresentada por João Doria, em 2017. Pelo conjunto, evidencia-se que o romance de Kucinsky apresenta um diálogo aberto com as ações e políticas do atual governo federal.

A ditadura civil-militar afetou um número expressivo de pessoas. Muitas foram as enquadradas no AI-5, tendo suas vidas abruptamente interrompidas. Jovens idealistas, que fizeram a resistência ao estado golpista, sucumbiram. Vidas que não se cumpriram, caladas por divergirem do autoritarismo vigente. Percorrem as páginas

dessas narrativas personagens que dão vida àquela realidade opressiva. Entre eles, estão os familiares de desaparecidos que buscam um corpo, um corpo para sempre desaparecido, cuja única lápide será a realizada nas páginas dos romances que protagonizam, pois “o túmulo é signo dos mortos: *túmulo, signo, palavra, escrita*, todos lutam contra o esquecimento” (GAGNEBIN, 2006, p. 112). Um ex-guerrilheiro abandona a luta para sobreviver, mas carrega o ônus da sua deserção. Um delator se culpa por não ter resistido à tortura. Um trabalhador, migrante, toma consciência da situação opressiva do país e passa a realizar uma ação de resistência. Um filho de militantes procura resgatar a história dos pais, história essa que é sua herança. Essas personagens, com suas experiências singulares, descobrem o horror daqueles tempos, porque “[...] só a literatura é capaz de recriar o ambiente de terror vivido por personagens afetados diretamente pela arbitrariedade [...]” (FIGUEIREDO, 2017, p. 43).

As narrativas dessa coletânea dão visibilidade a um período autoritário e repressivo, em que as vozes divergentes eram caladas. Os ensaios aqui reunidos, ao exibirem várias faces dessa época, contribuem para contar aquilo que a história oficial procurou apagar. As palavras de Figueiredo (2017, p. 35) mostram a importância de se refletir sobre esse passado, para que ele não continue assombrando o presente:

Todo livro – ficção ou depoimento –, todo filme – documentário ou ficcional –, toda obra de arte ou projeto museológico que contribua para a reflexão sobre os anos de chumbo no Brasil tem um enorme valor porque não se pode esquecer o que foi perpetrado, é preciso render tributo àqueles que lutaram pela utopia de um país mais justo e mais democrático. [...] Ao rememorar as vítimas, a arte suscita a reflexão, na esperança de que não ocorram novas catástrofes.

*Paris, maio de 2020.*

## REFERÊNCIAS

FIGUEIREDO, Eurídice. *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, história, testemunho. In: GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006. p. 49-57.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O rastro e a cicatriz: metáforas da memória. In: GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006. p. 107-118.

GINZBURG, Jaime. Escritas da tortura. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 133-149.

GINZBURG, Jaime. O narrador na literatura brasileira contemporânea. *Quaderni di letteratura iberiche e iberoamericana*. n. 2, 2012, p. 199-221. Disponível em: <http://riviste.unimi.it/index.php/tintas>

KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 123-132.

## UM ROMANCE DE GERAÇÃO: *O FANTASMA DE LUIS BUÑEL*, DE MARIA JOSÉ SILVEIRA

**Eurídice Figueiredo**  
(UFF/CNPq)

*A combinação química resultante  
do binômio juventude-revolução é  
absolutamente explosiva.*  
Maria José Silveira

### ESCRITORAS DE HOJE, MILITANTES DO PASSADO

Muitas estudantes aderiram às organizações de esquerda que se opuseram à ditadura brasileira (1964-1985). Dentre elas, 45 foram torturadas, mortas e desaparecidas, conforme o livro *Direito à memória e à verdade: Luta, substantivo feminino*, organizado por Tatiana Merlino e Igor Ojeda (2010), o qual traça uma pequena biografia de cada uma dessas vítimas. Nos anos de chumbo, após a promulgação do AI-5, o aparelho repressivo mudou; em vez de torturar e deixar os presos na cadeia, ele decidiu matar e, em muitos casos, não devolver os corpos às famílias, criando, assim, a figura do desaparecido político. Isso explica que 35 dessas mulheres foram mortas entre 1970 e 1974. O livro traz ainda o depoimento de 27 mulheres que militaram